ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados. *"Ata da Septuagésima Quinta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo- secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* ***PEQUENO EXPEDIENTE*** *- Lida e aprovada a Ata Oitenta e Sete da Septuagésima Quarta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 39 e 40/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 675/2024, do Ministério da Agricultura e Pecuária; Ofício nº 1.182/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 11.750/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1/2024, do Município de Angélica.* ***SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE*** *- Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zeca do PT, Lia Nogueira, Caravina, Paulo Duarte, Paulo Corrêa, Renato Câmara, Junior Mochi, Antonio Vaz, Gleice Jane, João Henrique, Lidio Lopes e Professor Rinaldo. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira e Zé Teixeira.* ***GRANDE EXPEDIENTE*** *- Usou da palavra o deputado Pedro Kemp.* ***ORDEM DO DIA*** *- Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 168/2024, de autoria do Poder Judiciário; Projeto de Resolução nº 18/2024, de autoria dos deputados Paulo Corrêa e outros. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 349/2024, de autoria do deputado Neno Razuk. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos familiares de Handerson Ferreira Gonçalves Bento; requerimentos de moções de pesar, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçadas aos familiares de Antonio Perin, Carlos Daniel Marques Silva, Alípio de Oliveira Neto, Pedro Oliveira e Álvaro Henrique Quadros Sampaio; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada aos familiares de Joaquim Arnas Cabrera; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos irmãos Rogério e Neto Menezes, à matriarca Celina Menezes e o senhor Luiz César de Menezes (in memoriam) pela realização do Leilão Elite Irmãos Menezes, que aconteceu nos dias 22 e 23 de junho de 2024, na fazenda Primavera, em Sidrolândia; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada ao economista Gabriel Galípolo, atual diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil, e indicado pelo Ministério da Fazenda, nesta quarta-feira, dia 28 de agosto, à presidência do órgão; indicações, de autoria dos deputados Zé Teixeira, Mara Caseiro e Gleice Jane.* ***EXPLICAÇÕES PESSOAIS*** *- Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente*

assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, três de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados! Expediente da Sessão Ordinária do dia 4 de setembro de 2024: Ofício nº 001470/2024, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Coronel David; Ofício nº 1.199/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, encaminhando proposta orçamentária para o exercício do ano de 2025; Ofício nº 21/2024, do Sindicato dos Peritos Oficiais Forenses de Mato Grosso do Sul, encaminhando Comunicação Movimento Perícia Legal. Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, na sessão de ontem, eu falei a Vossa Excelência sobre o drama que vive boa parte dos assentamentos no município de Itaquiraí. E também comentei com o senhor que de lá mesmo, na quinta-feira, eu liguei para o governador Eduardo Riedel, falei do problema, e ele, sensível e solidário, imediatamente articulou e determinou a marcação de uma reunião, que faremos agora, às 10 horas, inclusive com representantes dos assentados de Itaquiraí que estão aqui no Plenário, sob a liderança do meu amigo pessoal vereador Zé Antônio. Portanto, além de reforçar essas informações, quero pedir licença para me ausentar da sessão para participar da reunião. Mas antes, porém, quero ler uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao ministro Paulo Teixeira, com cópia ao presidente do Incra, senhor Cesar Fernando Schiavon Aldrighi, e ao superintendente regional do Incra, senhor Paulo Roberto da Silva, solicitando que envidem esforços para a regularização do acampamento Mila, localizado no município de Mundo Novo. O loteamento Mila foi uma laminadora e hoje está abandonado, está sendo aleatoriamente ocupado, e os trabalhadores rurais pretendem transformar aquilo em uma área de produção intensiva de hortifrutigranjeiros. Portanto, nós queremos que o Incra participe das tratativas. A presente solicitação tem base no ofício enviado ao nosso gabinete pelo vereador Aguinaldo Paixão, do PT. Documentação anexa. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, quero apresentar duas indicações. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário

de estado de Educação, solicitando a reforma geral da Escola Estadual José Ferreira, localizada no distrito de Jupiá, em Três Lagoas. Justificativa. Esta é uma demanda recorrente da direção colegiada da escola, que alega que o prédio está deteriorado e cheio de vazamentos. A escola é antiga e seu telhado é de zinco, o que deixa o ambiente muito quente em épocas de calor. Além disso, o prédio é pequeno, de modo que não há salas adequadas para a direção e a coordenação, que hoje estão instaladas de modo improvisado em salas de aula. Diante do exposto, solicitamos atenção especial por parte das autoridades competentes, no sentido de dedicar esforços para a realização da tão esperada reforma daquela unidade escolar. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do estado, com cópias à senhora Viviane Luiza da Silva, secretária de estado de Cidadania, solicitando a tomada de medidas urgentes no sentido de nomear os novos membros do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. O conselho foi criado por meio da Lei nº 702, de 12 de março de 1987, e regulamentado pelo Decreto nº 11852, de maio de 2005; e desde julho estamos aguardando a nomeação de conselheiros para o mandato de 2024 a 2026. Os setores da sociedade que integram o colegiado já indicaram os nomes para composição do conselho; no entanto, até a presente data, os novos representantes ainda não tomaram posse. Dessa forma, solicitamos que o governo cumpra a legislação, a fim de garantir o regular funcionamento daquele importante órgão de representação. Por último, quero apresentar uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à nova diretoria do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Ponta Porã, eleita para o triênio 2024-2027. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Eu trago nesta manhã um projeto de lei. "Artigo 1º - Ficam proibidos, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, o uso, a comercialização, a importação e a produção de quaisquer Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEF), ou de qualquer outro produto similar, em quaisquer formas, gerações ou marcas." A proposta se justifica por uma série de razões que envolvem a proteção da saúde pública e o bem-estar do cidadão, em especial dos jovens. O uso desses dispositivos tem crescido de maneira alarmante, principalmente entre os jovens. A Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (Pense), de 2019, revelou que 16,8% dos estudantes brasileiros do 9º ano já experimentaram o cigarro eletrônico, o que é preocupante, pois a nicotina, presente nesses dispositivos, é altamente viciante e pode causar danos ao desenvolvimento cerebral em adolescentes. Embora os DEFs sejam frequentemente promovidos como alternativas mais seguras em relação aos cigarros tradicionais, a realidade é que eles não são isentos de riscos. A nicotina é conhecida por ser altamente viciante. Além disso, há uma crescente evidência de que o uso desses dispositivos pode resultar em graves doenças pulmonares, como uma lesão pulmonar associada ao uso de produtos de vaping, e já resultou em hospitalizações e mortes. A Organização Mundial da Saúde aponta que não existem provas de que os DEFs auxiliam de maneira eficaz os fumantes a abandonarem o cigarro convencional. Em muitos casos, os usuários de DEFs acabam se tornando consumidores de cigarros eletrônicos e de cigarros tradicionais. A proliferação dos DEFs também ameaça os avanços alcançados pelo Brasil na redução do tabagismo. E o estado de Mato Grosso do Sul, assim como o resto do país, tem registrado progressos significativos nessa área. Mas a popularização dos DEFs pode prejudicar esses ganhos. Os jovens, sobretudo, são

particularmente vulneráveis ao apelo das novas tecnologias e portanto podem ser mais prejudicados. A proibição desses dispositivos, no estado, reforça as medidas já adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que, em 2009, proibiu, através da RDC nº 46/2029, a comercialização, a importação e a propaganda de todos os dispositivos eletrônicos para fumar. O uso crescente desses dispositivos pode acarretar custos elevados para o Sistema de Saúde Pública, pois o estado precisará oferecer cada vez mais tratamentos de doenças pulmonares. Com a proibição, o poder público pode direcionar mais recursos para outras áreas essenciais da saúde pública. Proteger os jovens sul-mato-grossenses é algo prioritário. Evitar o uso desses produtos pode garantir uma geração futura mais saudável. Em resumo, este projeto de lei é uma medida crucial e bem fundamentada que visa proteger a saúde pública. Vale ressaltar que a mesma proposição se tornou lei no estado do Pará. A proibição dos DEFs é justificada pela necessidade urgente de se prevenir a disseminação desse hábito perigoso, principalmente entre os jovens, e assegurar um ambiente mais seguro e saudável para todos os cidadãos. Solicitamos, portanto, a aprovação desta proposta de lei. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David... Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Solicito permissão para ler meus expedientes aqui da mesa, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Permitido.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao Hospital e Maternidade Associação Beneficente de Rio Brilhante, pelos relevantes serviços prestados à comunidade ao longo da sua história. A instituição atende toda a região. O resultado desse trabalho é fruto da dedicação dos funcionários e do apoio da prefeitura municipal. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a implantação de um grupamento do Corpo de Bombeiros Militar no município de Eldorado. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Elias Verruck, solicitando melhorias no Parque das Nações Indígenas, com especial atenção à pista de caminhada ao redor do lago, à ciclovia e aos parquinhos infantis. A população encaminhou ao meu gabinete várias fotografias, comprovando que o parque precisa de manutenção. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença dos procuradores do estado Norton Riffel Camatte e Wagner Garcia. Sejam bem-vindos. Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: um projeto de lei (Prot. nº 02772/2024). De autoria do deputado Coronel David: duas moções de congratulação (Prot. nºs 02754/2024, 02755/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: uma indicação (Prot. nº 02760/2024); cinco moções de congratulação (Prot. nºs 02764/2024, 02756/2024, 02757/2024, 02758/2024, 02759/2024); um projeto de lei (Prot. nº 02761/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: uma indicação (Prot. nº 02769/2024). De

autoria do deputado Pedro Kemp: seis indicações (Prot. nºs 02784/2024, 02775/2024, 02774/2024, 02781/2024, 02782/2024, 02783/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02773/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma moção de pesar (Prot. nº 02789/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: um projeto de resolução (Prot. nº 02765/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 02777/2024, 02785/2024, 02788/2024, 02771/2024); dois requerimentos (Prot. nºs 02778/2024, 02786/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 02787/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas moções de congratulação (Prot. nºs 02780/2024, 02779/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 02763/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 02770/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 02776/2024).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e público aqui presente! Presidente, eu nasci no Pantanal, nasci em Corumbá, e portanto quero abordar aqui dois assuntos importantes relativos à questão ambiental. Primeiro assunto, as queimadas. Corumbá está coberta de fuligem novamente. Semana passada, eu assisti à entrevista do presidente do Ibama ao Globo News, na qual ele disse que 100% das queimadas no país são provocadas, são criminosas. Tal afirmação muito me preocupa. Ele não tem base para dizer isso. Claro que quem faz esse tipo de coisa tem que ser preso. Agora, é preciso falar do cerne do problema, que são as mudanças climáticas. A redução drástica do volume de chuvas é assustadora. Quem conhece o Pantanal e vê o que aconteceu ao longo dos últimos vinte anos sabe do que estou falando. O desmatamento feito de forma ilegal e a emissão de gases de efeito estufa são a origem do problema. O Ministério do Meio Ambiente precisa encontrar um meio de resolver esse problema. A questão ambiental é a principal pauta do século XXI. O tema tem que ser discutido de forma clara, sem partidarismo. O futuro depende das decisões tomadas hoje. Segundo assunto, o rio Paraguai. O rio tem 2.700 quilômetros de extensão, ele nasce no Mato Grosso e encontra o rio Paraná em Corrientes, na Argentina. O rio Paraguai é um modal fundamental. Aliás, as hidrovias são utilizadas no mundo inteiro. O transporte pelo rio, quando usado de forma adequado, é muito mais limpo do que o transporte rodoviário. Ocorre que o Ibama não autoriza a limpeza do rio. E eu não estou falando aqui de questões que gerariam consequências gravíssimas, não se trata de fazer dragagem ao longo do leito do rio Paraguai. Sedimentos que foram levados de forma natural para o leito do rio estão impedindo a navegação, e o Ibama não permite que a limpeza seja feita. Volto a dizer: ninguém está falando de dragagem ao longo do rio, nós estamos falando de intervenções em meia dúzia de pontos críticos do rio que estão impedindo a navegação. Recentemente, o Ibama encaminhou uma nota técnica para o Dnit, dizendo que nada pode ser feito no rio Paraguai sem estudo de impacto ambiental. Isso demora três, quatro, cinco anos. Ou seja, estão condenando a região do Pantanal e principalmente Corumbá ao ostracismo, do ponto de vista econômico. Volto a dizer: estamos falando de intervenções em meia dúzia de pontos de um rio que tem 2.700 quilômetros de extensão. A região é uma das maiores e melhores em termos de minério de ferro, e uma parte desse minério acaba sendo escoada pela BR-262, aumentando a emissão de gases poluentes, que reduzem o volume de chuvas, que aumentam a temperatura em todo o país. Então, nós estamos trocando algo ruim por algo muito pior. A BR-262 não foi planejada para suportar um tráfego gigante de centenas, de milhares de caminhões, e a saída é a hidrovia. Agora, um órgão

não pode ter poder absoluto, a ponto de não discutir, de não dialogar com os demais, no momento de tomar decisões. Eu quero saber se alguém do Ibama em Brasília alguma vez andou pela BR-262 para ver o péssimo estado em que ela se encontra, por conta do tráfego intenso de caminhões. Os veículos que transitam pela via ceifam a vida de animais e de seres humanos e ainda emitem gases poluentes para a atmosfera, provocando o efeito estufa. O rio Paraguai é uma via importante para o desenvolvimento econômico e social do estado. A palavra sustentabilidade está estabelecida sob um tripé, que é o meio ambiente, o desenvolvimento social e o desenvolvimento econômico. Essas três coisas podem e devem caminhar juntas. Agora, dizer que absolutamente nada pode ser feito, mesmo em pontos críticos, é condenar uma região inteira, de mais de 100 mil habitantes, ao isolamento econômico. O que fazer com toda a riqueza natural daquela região? Não há como escoar pela BR-262. Nós não temos ferrovia, e, para se recuperar o trecho de Corumbá a Bauru, demanda em torno de 40 bilhões de reais. Mas nós temos essa saída, a hidrovia. A questão é que o Ibama simplesmente se nega a discutir o assunto. Qual é o problema em tratar especificamente de alguns pontos degradados do rio Paraguai? Nós estamos assistindo a um debate absolutamente fora da realidade, quando se fala em meio ambiente. Eu estou falando de questões absolutamente técnicas. Não interessa partido. Eu sou presidente do partido do vice-presidente da república, mas não tenho político de estimação, não tenho mito nenhum, não tenho nenhum problema em tecer comentários críticos inclusive sobre o meu partido. A discussão sobre questões ambientais deixou de ser técnica e se tornou ideológica. Não pode ser assim. E volto a dizer: é triste ver o que está acontecendo, presidente, no mundo. Ora o incêndio é no Pantanal, ora é em São Paulo, ora é nos Estados Unidos, ora é na Grécia. A natureza está nos devolvendo o que fizemos com ela ao longo do tempo. Nós somos os culpados por tudo o que está acontecendo. Dizer que todos os incêndios no Brasil são criminosos é ficar chutando ao vento. Isso não tem base alguma. Há casos de incêndios criminosos? Sim! Tem que punir? Tem que punir! E punir de forma rigorosa! Agora, vamos discutir o porquê dessa redução drástica do volume de chuvas em nosso país. Essa é a essência da discussão. Depois vamos ver quem é o culpado, quem botou fogo. Investiga e penaliza. Agora, o que nós vamos fazer, deputado Renato Câmara? Como viverão as próximas gerações? Eu já fiz o percurso de Campo Grande-Corumbá inúmeras vezes. E o que aconteceu, deputado, nos últimos anos, é assustador: o Pantanal corre o risco de passar por um processo de desertificação! E não é exagero. Áreas que sempre foram alagadas hoje estão esturricadas. Quem passa pela ponte do rio Paraguai, por exemplo, indo para Corumbá, sabe que, do lado direito, até o início dos anos 2000, passava balsa, havia um canal. Agora faz mais de dez anos que não tem água lá. O problema é fazer intervenção em alguns pontos do rio Paraguai? É a redução do volume de chuvas? Ou são as mudanças climáticas? Então, nós esperamos que este assunto deixe de ser ideológico, porque o que está em risco são as futuras gerações, que, provavelmente, não verão o que nós vimos naquela região.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pois não.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Eu sei que o deputado Renato Câmara, que é da Comissão de Meio Ambiente, está ali e quer falar também. Mas eu quero dizer que tudo o que Vossa Excelência disse é muito importante. Existe, hoje, um conceito moderno empresarial e também voltado ao serviço público chamado ESG, que trata de três coisas: o ambiental, a responsabilidade social e a governança. Não há como trabalhar hoje sem unir esses três pontos. Não podemos negar que o problema existe. E também não podemos ficar procurando

culpados. Mas é preciso criar políticas públicas e agir com responsabilidade agora. É preciso agir hoje. E como o senhor disse, realmente é preocupante a possibilidade de o Pantanal, por conta das questões climáticas, passar por um processo de desertificação. Nós não vamos conseguir voltar cem anos no tempo e impedir o desmatamento e o assoreamento dos rios, por exemplo. Mas é importante ter em mente esses conceitos daqui para frente. Se nós precisamos usar nossos rios para o desenvolvimento, tudo bem; mas que isso seja feito com tecnologia, com sustentabilidade. Fazer dragagens, tornar os rios navegáveis, voltar a fazer políticas públicas voltadas à proteção das matas ciliares, isso tudo é fundamental. Os rios Taquari e Coxim estão totalmente assoreados. Algo precisa ser feito com urgência. Providências precisam ser tomadas. Portanto, eu me somo a Vossa Excelência. E daqui para frente vamos pensar em políticas públicas que unam esses três conceitos: responsabilidade social, governança e sustentabilidade.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Obrigado, deputado Gerson Claro. O que o senhor disse me fez lembrar da seguinte frase de Chico Xavier: "Ninguém pode voltar atrás e fazer um novo começo, mas nós podemos recomeçar e fazer um novo fim." Que as pessoas se dispam de suas vaidades, de seus conceitos, e enfrentem o problema. A recomposição das matas ciliares é urgente. Não podemos mais permitir o desmatamento perto das nascentes dos nossos rios. Precisamos discutir as pequenas centrais hidrelétricas, as PCHs, que estão ao longo do rio Paraguai, no Mato Grosso. E ninguém fala sobre isso. Então, deputado Renato Câmara, eu vou buscar uma saída. Nós não vamos permitir que Corumbá fique isolada, do ponto de vista econômico, por causa de decisões unilaterais tomadas por pessoas que ficam lá em Brasília no ar-condicionado. Tais pessoas não conhecem a nossa realidade e ainda por cima nos impedem de usar a nossa hidrovia. A hidrovia, em qualquer lugar do mundo, é um modal fundamental. Volto a mencionar o rio Mississippi, nos Estados Unidos. Embora ele tenha características diferentes das dos nossos rios, em 2023 ele passou por um grande processo de diminuição do nível de água. E os americanos o recuperaram. Claro que a realidade americana é outra. Cada país tem seu jeito de fazer as coisas. No entanto, nós não podemos ficar aqui parados dizendo que nada pode ser feito lá no Pantanal. Como é que as pessoas que vivem na região vão sobreviver? Como é que elas vão trabalhar? Como é que elas vão comer? O setor de mineração polui muito, e precisa procurar mecanismos para evitar que isso aconteça. Agora, o fato é que há uma riqueza mineral na cidade, que será explorada. Todavia, quem vai explorar precisa cuidar das questões ambientais. Há quase cinco mil empregos diretos. Vão fazer o que com aqueles trabalhadores? Vão fechar tudo? "Ah, o Ibama mandou, então fechem tudo!" Não pode mais minerar, não pode mais utilizar a hidrovia, não pode nada. E o povo vai viver de quê? De brisa? Isso não pode acontecer. Isso é radicalismo. Espero que não façam cortes aqui. Aliás, fazer cortes está na moda, não é? Aquele maluco que é candidato em São Paulo vive fazendo cortes para postar nas redes sociais. Outro dia fizeram um corte na fala do deputado Caravina. Eu não estou aqui defendendo a mineração a qualquer custo, não estou dizendo que podem dragar o rio inteiro, eu estou dizendo que a sustentabilidade tem um tripé que precisa ser respeitado: os aspectos ambiental, social e econômico. Dizer que nada pode ser feito é muito fácil. Pois não, deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Deputado Paulo Duarte, essa reflexão é primordial. É muito bom fazermos este debate aqui na Assembleia Legislativa. Eu tenho total noção da importância estratégica dos recursos hídricos do nosso estado. Há pelo exterior várias guerras acontecendo, e muitas delas envolvem a questão da água. A água é fundamental nos processos de logística e de produção. Nós não temos muita noção da importância da água porque Mato Grosso do Sul ainda tem água em abundância. Agora, para mantermos isso, precisamos

desenvolver ações voltadas para a sustentabilidade. E, a meu ver, a questão da governança aparece com papel de destaque nesse cenário. No que tange à governança, toda a comunidade discute sobre um tema comum, como por exemplo, a água. Nesse sentido, penso que seria fundamental aprimorar os Comitês de Bacias Hidrográficas, que já existem há muitos anos. Nos comitês, há representantes da produção, da pesca, dos órgãos públicos, enfim. E nos comitês se discute ações voltadas para a preservação do meio ambiente. No entanto, nós estamos vendo, ao longo dos anos, que essa discussão fica restrita ao campo da teoria e não vai para a prática. Não se adotam medidas efetivas que possam melhorar, por exemplo, o volume de água do rio Paraguai. Como melhorar o volume de água do rio? É preciso fazer a recarga. Ou seja, é preciso fazer com que a água se infiltre no solo. Esse problema precisa ser enfrentado com políticas públicas efetivas. É preciso adequar a produção, fazer terraços, curvas de nível, preservar as mata ciliares, as reservas legais. E por que a gente discute tanto isso? Porque quanto mais infiltração de água da chuva no solo, maior é a recarga dos rios. Esse é um ponto importante. Precisamos discutir com a sociedade sobre isso. Vossa Excelência está de parabéns por voltar a este tema que envolve desenvolvimento, que é o volume de água do rio Paraguai. Para pensarmos em fazer transporte pelos rios, eles precisam ter água. Transportar a mineração ou a produção agrícola pelos rios é barato. Agora, para fazê-lo, é necessário que haja água nos rios. A "corda já chegou ao pescoço", por conta das mudanças climáticas, das ações humanas e de políticas públicas ineficientes. Nós precisamos buscar recursos para implantarmos ações mais efetivas. Precisamos avançar. Obrigado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Para finalizar, quero focar um pouco mais na hidrovia e no Ibama. Na minha infância, meus pais diziam que a gente não podia comer melancia depois do almoço. Diziam que a gente tinha que esperar umas cinco horas. Eu sempre adorei melancia, e passei boa parte da vida almoçando meio-dia e esperando dar 5 horas para poder comer a dita cuja da melancia. Outra coisa que a gente não fazia porque diziam que fazia mal era comer manga com leite. Isso tudo porque alguém disse: "Não, não, não!". Essa história do Ibama está parecendo essas falácias do passado. O Ibama está dizendo que não pode fazer nada, nada! Vamos ficar sem utilizar a hidrovia. Óbvio que é proibido fazer dragagem ao longo do rio sem licença, sem estudo de impacto ambiental, enfim. Agora, eu não consigo entender por que o Ibama diz que intervenções não podem ser feitas, nem mesmo em meia dúzia de pontos que sofreram sedimentação de forma natural. Dragagem aumenta o tamanho do calado do rio (calado é a parte por onde as embarcações trafegam). Se o rio fica muito profundo, na época de enchente a água não vai para a planície. Isso prejudica a vegetação. Mas nós não estamos falando em mexer em grandes áreas, estamos falando em intervenções em pontos críticos. O rio Paraguai nasce em Mato Grosso e vai até Corrientes, na Argentina, onde encontra o rio Paraná. São 2.700 quilômetros de rio. Aí os caras dizem que é proibido fazer intervenção em meia dúzia de pontos críticos. Eles vão lascar uma cidade inteira! Qual é a saída? Não tem ferrovia. Vai demorar não sei quanto tempo para alguém investir 40 bilhões de reais lá. Mas nós temos uma ótima hidrovia. O mundo inteiro usa hidrovias. Será que todo o mundo está errado e só o Ibama está certo?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pois não.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu estava ouvindo atentamente o pronunciamento de Vossa Excelência, e concordo que de fato o tema não deve ser tratado com

radicalismo de nenhum dos lados. Agora, não pode existir oposição entre o desenvolvimento econômico-social e a preservação ambiental. Muitas vezes, o agronegócio e os ambientalistas ficam brigando, como se nós não tivéssemos que explorar as riquezas naturais e investir na produção. Na verdade, nós temos que encontrar o caminho do desenvolvimento econômico sustentável! Ou seja, temos que aproveitar as riquezas naturais e investir na produção, garantindo, porém, a preservação ambiental. Portanto, eu penso que nós temos que encontrar o equilíbrio. Ontem, eu falei na tribuna sobre as mudanças climáticas, sobre a devastação ambiental que aconteceu nos últimos anos. Houve uma exploração exacerbada dos recursos naturais, sem preocupação com preservação. Hoje, nós estamos pagando a conta. Talvez vamos deixar este planeta inabitável em algumas décadas. Mato Grosso do Sul é rico em termos de recursos hídricos e de recursos naturais de um modo geral. E nós precisamos garantir o desenvolvimento das atividades econômicas. Não podemos abrir mão disso. Todavia, precisamos garantir que os recursos naturais sejam preservados. O Pantanal, de onde Vossa Excelência vem, é uma joia; porém é muito sensível. Por conta disso, a preocupação deve ser redobrada. As atividades econômicas devem ser feitas levando-se em conta a questão ambiental. Isso é desenvolvimento sustentável. Obrigado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Obrigado, deputado Pedro Kemp. Exatamente. Eu estou defendendo aqui o fim do radicalismo, o fim do nada pode ser feito. E não estou defendendo o "pode-tudo". Eu defendo que se busque um equilíbrio. Nós estamos falando de uma cidade que vai fazer 246 anos e que junto com Ladário tem quase cento e trinta mil habitantes. E há essa intransigência da parte do Ibama, que não quer discutir o assunto. Desse jeito nós estamos fadando uma região ao ostracismo, do ponto de vista econômico. A logística de transporte é fundamental para que uma região se desenvolva. Se nós não temos uma ferrovia que preste e se a rodovia não suporta o fluxo, é preciso buscar uma alternativa. Os engravatados de Brasília que estão tomando essa decisão estão se esquecendo de pensar em como escoar a produção. Qual é a sugestão? Pela BR-262...

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Acabou seu tempo, deputado.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Como o seu aparte foi muito grande, eu peço mais uns dois minutos, só para eu encerrar meu raciocínio, meu presidente querido.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pois não.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Então, o que está acontecendo? Se nada puder ser feito, se ficar desse jeito, mas eu acho que não vai ficar assim, vamos brigar para mudar, o escoamento será feito pela BR-262, que, de Corumbá a Miranda, é um aterro. A rodovia não foi preparada para suportar o tráfego de milhares de caminhões com minério e outros produtos. Esses milhares de caminhões vão emitir mais gases de efeito estufa, vão prejudicar a natureza, vão reduzir o volume de chuvas, vão matar grande parte da fauna e da flora. Vá a Corumbá e veja a quantidade de animais mortos ao longo da estrada! Inclusive seres humanos estão morrendo por conta de acidentes. Então, vamos buscar o equilíbrio! Eu vou encaminhar um documento ao Ibama, ao líder maior do meu partido, o vice-presidente Geraldo Alckmin. Precisamos encontrar uma solução. Nós não podemos condenar ao isolamento econômico uma região tão importante. Nós temos que encontrar uma solução, como disse o deputado Pedro Kemp, sem nenhum radicalismo. Mas nós temos que usar a hidrovia como um importante modal de transporte. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Coronel David... Com a palavra, o deputado Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, pela ordem. Eu gostaria de pedir licença para encaminhar um projeto de lei.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pois não.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Projeto de lei que altera o artigo 152, parágrafo único, inciso I, alínea "b", da Lei Estadual nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, e dá outras providências. A presente proposição vem em sintonia com uma lei federal que trata deste assunto. Nós estamos visando à isonomia. A lei federal foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff. Esta é uma demanda de quarenta e sete proprietários de táxis de sete lugares. Peço a sensibilidade dos colegas. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente. Quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à ministra Maria Thereza de Assis Moura, presidente do Superior Tribunal de Justiça, solicitando a instauração de procedimento de impeachment dos três conselheiros do Tribunal de Contas afastados de suas atividades por força dos processos judiciais que tratam das operações "Mineração de Ouro" e "Terceirização de Ouro", cujas ações configuram crime de responsabilidade. É sabido que esta Casa nomeou uma comissão para acompanhar junto ao Superior Tribunal de Justiça os processos judiciais aos quais respondem esses três conselheiros afastados. Nós estamos fazendo diversos encaminhamentos, a fim de que a Justiça dê uma solução definitiva ao problema. A gente percebe que substitutos estão fazendo há muito tempo as vezes dos conselheiros afastados. Por isso, a comissão composta por mim, pela deputada Lia Nogueira e pelo deputado Antonio Vaz decidiu fazer esta propositura. Obrigado.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares e público que nos acompanha nesta Casa de Leis! Eu venho apresentar uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminha moção de congratulação à direção do Hospital São Julião por suas ações no "Setembro Verde", programa voltado à doação de órgãos e córneas. O Setembro Verde foi instituído por meio de proposição de Vossa Excelência. Destacamos a presença da representante do hospital, senhora Kátia Almeida. A gente precisa tocar no assunto aqui e no Brasil todo. A doação de órgãos depende da vontade de cada um. Eu mesma sou doadora de órgãos, já informei isso à minha família. O São Julião realiza um trabalho de excelência em Mato Grosso do Sul; é considerado referência em Oftalmologia, ocupando o 1º lugar em transplantes de córneas. Oitenta e quatro por cento das cirurgias oftalmológicas e 77% dos transplantes de córneas realizados aqui

no estado são feitos no São Julião. Os números são expressivos, como todos podem ver. Vale destacar o cuidado e a humanização daquele hospital, que se tornou, como eu disse, referência. A campanha Setembro Verde realiza ações durante todo o mês. A programação começa hoje. O momento em que uma família perde um ente, deputado Pedro Kemp, é muito difícil, mas a doação dos órgãos é uma iniciativa que pode salvar outras vidas. O coração do falecido pode passar a bater em outro peito. O São Julião é de extrema importância. Eu não poderia deixar de destacar as ações do Setembro Verde. A doação de órgãos ainda é um tabu, mas a gente precisa trabalhar em cima disso, a gente precisa ampliar o debate em torno do assunto aqui na Assembleia Legislativa. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Parabéns, deputada Lia Nogueira, pelo reconhecimento ao Hospital São Julião. Seja bem-vinda a esta Casa, Kátia. Continuamos no Grande Expediente. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito que o segundo-secretário proceda à recomposição do quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e três deputados presentes, há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 349/2023. Autor: deputado Neno Razuk. "Dispõe sobre diretrizes para o estímulo do turismo acessível e inclusivo a pessoas com deficiência no estado de Mato Grosso do Sul." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Quero parabenizar o deputado Neno Razuk pela iniciativa que dá acesso às pessoas com deficiência. Com a proposta, nós estamos valorizando as pessoas e protegendo o meio ambiente. Voto favorável.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Para declarar meu voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu gostaria de cumprimentar o deputado Neno Razuk pelo projeto. O colega deputado sempre demonstra sua preocupação com essa parcela da sociedade, é o grande representante dos autistas aqui nesta Casa. Ele continua forte, levantando essa bandeira. Voto favorável.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação...

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o autor, deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Quero agradecer aos colegas pelo apoio e mais uma vez enaltecer esta Casa, que tem um olhar diferenciado para as pessoas com deficiência. Esta Casa tem que ser elogiada. E como eu disse ontem, eu tenho certeza de que, se houvesse um ranking nacional relativo ao cuidado com as pessoas com deficiência, nós estaríamos no topo. Parabéns aos colegas deputados. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Nós que agradecemos. Em votação...

Projeto de Lei nº 349/2023, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente - deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário - deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) – Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) - Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado a redação final. Vai ao Expediente. Registramos e agradecemos a presença do senhor João Miguel Fernandes, vereador do município Tacuru; do senhor Marcelo Peixoto, o Ratinho, vereador de Tacuru; e do senhor Joilson, vereador do município de Terenos. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 170/2024. Autor: Poder Judiciário. "Dá denominação ao edifício do Fórum da comarca de Sidrolândia." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 170/2024, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente - deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário - deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto que denomina “Juiz Roberto Iser” o edifício do Fórum da comarca de Sidrolândia. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 06/2024. Autor: Ministério Público. Ofício nº 0189/2024/ASSEP32/PGJ. "Altera a Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, para fins de constar a previsão de gratificação para todos os integrantes de comissão examinadora ou auxiliares em concurso público realizado pela instituição." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Lucas de Lima. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação... Registramos e agradecemos a presença da senhora Rosalinda Rodrigues, vereadora do município de Amambai; do senhor José Antônio

Fernandes, o Zezinho Mixirica, vereador do município de Itaquiraí; do senhor Ronaldo Rocha, vereador de Sete Quedas; do senhor Ismael Luiz de Almeida, vereador do município de Sete Quedas; do senhor José Divino Francisco, o Fio do Povo, vereador do município de Paraíso das Águas; e do senhor Adriano Lima, procurador do estado de Mato Grosso do Sul.

Projeto de Lei Complementar nº 06/2024, de autoria do Ministério Público.

Presidente - deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário - deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 177/2023. Autor: deputado Junior Mochi. "Institui ações de conscientização e de incentivo à doação de sangue no estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Para declarar meu voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Em verdade, este projeto institui uma campanha voluntária de permuta de sangue por exame de hemograma completo junto aos laboratórios. Então, os laboratórios que aderirem a essa campanha voluntária ficam obrigados a oferecer aos doadores um exame de hemograma completo. Esta é uma forma de incentivo à doação de sangue. Voto favorável.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação...

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Eu gostaria de fazer um convite aos colegas. Hoje ocorrerá o lançamento da primeira caminhada chamada "Passos pela vida, juntos pela doação de órgãos e córneas". A campanha faz parte do calendário do "Setembro Verde" e da "Semana Estadual de Doação de Órgãos e Tecidos". A Assembleia Legislativa, com a Central de Doações, com a Fundesporte, com a Secretaria de Cultura, com vários parceiros, faz essa

mobilização. O lançamento da campanha ocorrerá hoje, a partir das 17 horas. E a caminhada acontecerá no dia 15 de setembro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 177/2023, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Quatro requerimentos, vinte e seis indicações, uma moção de apoio e quatro moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Moções de pesar. Proposta pela deputada Lia Nogueira, em razão do falecimento do senhor Antonio Donizete Rojas. Proposta pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, em razão do falecimento do Dom Frei Janusz Mariano Danecki. Proposta pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento do senhor Antonio Mauricio Calixto de Oliveira. Proposta pelo deputado Paulo Duarte, em razão do falecimento do Padre Hiata Anderson. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Encerrada a Ordem do Dia. Senhores deputados, lembrando que as reuniões de comissões continuam durante a tarde. Deputado Caravina, foi constituída a comissão para atender a Polícia Civil?... A reunião com o sindicato está marcada para terça-feira, às 16 horas. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, esta presidência agradece a todos pela presença. Está encerrada a presente Sessão (10h59min).